

## Apresentação

# Formação de professores e as políticas atuais no âmbito do direito à leitura e à escrita

DOI: 10.5965/1984723826612025004

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723826612025004>

**Marta Nörnberg**  
**Elvira Cristina Martins Tassoni**  
**Adelma das Neves Nunes Barros-Mendes**  
Organizadoras do Dossiê

Este Dossiê tem como eixo a formação de professores e as políticas atuais no âmbito do direito à leitura e à escrita. Os trabalhos reunidos problematizam as concepções sobre o processo formativo e seus pressupostos, buscando oportunizar um espaço de interlocução para a discussão de experiências colaborativas de formação entre a universidade e a escola de educação básica.

A garantia do direito à leitura e à escrita tem sido recorrentemente ameaçada em razão tanto da descontinuidade das políticas, como das disputas teórico-conceituais. Nota-se uma desarticulação que fragiliza a coerência entre os princípios epistemológicos em torno de uma concepção de linguagem e a definição de orientações para a formação e as práticas pedagógicas.

O Estado brasileiro reconhece a importância da formação continuada de professores, conforme pode ser observado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Art. 62, § 1, em que assegura: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a

continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Brasil, 1996, s.p.). Isso posto, vemos que não é de hoje o reconhecimento da necessidade de formação, como se pode ver também em García (1999), que explicitava, há mais de três décadas, constituir-se a formação docente por processos de formação inicial e continuada. Entretanto, há diferentes modos de conceber o processo formativo, e uma das tendências é situar o professor como agente do ensino, pesquisador, mediador e reflexivo da sua própria prática. Assumindo esse pressuposto, a formação de professores se insere em um processo de constituição docente e desenvolvimento da profissionalidade, afastando-se de pressupostos que endossam a formação como capacitação ou treinamento, isso porque a aposta está na formação intelectual do professor.

Nas esferas nacional, estadual e local, no que se refere à formação e ao direito à leitura e escrita, mais especificamente quanto à formação continuada de professores no campo da alfabetização, têm-se assistido à descontinuidade e à ruptura de políticas de formação e de desenvolvimento da profissionalidade docente. Somando-se a isso, as concepções epistemológicas de formação, desdobradas em políticas que mesclam diferentes perspectivas ou mesmo abordagens distintas e geralmente de curta duração pouco têm contribuído para a formação dos professores e acabam, por vezes, gerando tensões no campo da alfabetização acentuando também os processos de desintelectualização da docência (Nörnberg, 2020).

A parceria Universidade-Escola mostra-se potente na criação de espaços de reflexão que articulam aportes teóricos e dados da prática, mobilizando tomadas de consciência, ampliando compreensões, possibilitando ressignificações e mudanças. Trata-se de processo complexo e desafiador, na contramão da pura aplicabilidade (Tassoni, 2021).

A título de exemplo, no campo da alfabetização, nos últimos anos, tivemos algumas Políticas que continham em seu desenho Programas de Formação Continuada: no ano de 2001, o PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores; no ano de 2005, o PRÓ-LETRAMENTO – Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental; no ano de 2013, o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; no ano de 2018, o Programa Mais Alfabetização; no

ano de 2019 a PNA – Política Nacional de Alfabetização com o Tempo de aprender e a Alfabetização acima de tudo. Recentemente, no ano de 2023, foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que tem cinco eixos, entre eles o da Formação de Profissionais de Educação.

Nessas políticas, um modelo formativo que tem se apresentado é o de ações colaborativas envolvendo os entes federativos: Governo Federal, Estados e Municípios – Redes de Ensino – e, por vezes, mais sistematicamente, Redes de Ensino-Escola-Universidade. As ações colaborativas têm se constituído em possibilidades de interlocução mais próximas às demandas específicas de cada localidade, oferecendo condições de ampliação de parcerias, fomentando os processos de reflexão e ação, gerando estratégias de planejamento e avaliação mais sintonizadas com as necessidades e potencialidades dos sujeitos educativos, além de fortalecer o trabalho docente.

Nas últimas décadas, experiências exitosas de ações colaborativas na formação continuada foram avaliadas. Uma delas foi a experiência do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Dentre os vários estudos realizados, citamos a coleção *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: avaliação de uma política* (Souza, Leal, Martiniak, 2022). A coleção é composta por três volumes em que são avaliados os arranjos colaborativos para uma política de alfabetização e formação, os paradigmas e bases conceituais da formação continuada, a rede nacional de formação e alfabetização fortalecida pela produção de estudos de autoria das professoras de educação básica ou de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação. O dossiê *Alfabetização: práticas de avaliação*, organizado por Moraes e Leal (2020), reúne vários estudos que apontam os impactos positivos desse programa para os processos de formação docente e alfabetização das crianças. Do ponto de vista do investimento de recursos públicos na formação, estudo coordenado e sistematizado por pesquisadores do INEP (Pieri e Santos, 2022) indica impactos econômicos bastante positivos resultantes do processo de formação dos professores, repercutindo no avanço das crianças, além de demonstrar relações entre a participação das Universidades e a alfabetização.

Magda Soares, em seu livro *Linguagem e Escola*, uma perspectiva social (1986/2020), afirma o caráter político da escola. É na escola que o ensino precisa

demonstrar seu compromisso com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas, reconhecendo o direito das crianças das camadas populares de se apropriarem da linguagem escrita. Em sua última obra, *Alfaletrar* (2020), Magda Soares nos lembra de que a universalização da educação ainda não resultou na democratização da educação, isto é, a conquista da igualdade de direitos e de possibilidades, bases da democracia. Por isso, enquanto tivermos crianças, jovens e adultos ainda não plenamente alfabetizados, falhamos como sociedade democrática. Nessa mesma obra, ela afirma que a mudança é possível se ajustarmos o foco das ações políticas: fortalecimento da formação por meio de processos cotidianos de desenvolvimento profissional das professoras e professores, garantia de condições de trabalho pedagógico e comprometimento com a aprendizagem das crianças.

Considerando os aspectos apresentados, este dossiê reúne artigos que problematizam as políticas atuais de formação docente especificamente no que se refere a resguardar o direito à leitura e à escrita das crianças, jovens, adultos e idosos. Assim, o conjunto de artigos trazem à discussão aspectos em torno dos seguintes tópicos:

- a ação política nas esferas nacional, estadual, local no que se refere à formação e ao direito à leitura e escrita;
- as concepções epistemológicas de formação desdobradas em políticas que mesclam diferentes perspectivas ou mesmo abordagens distintas em torno da leitura e da escrita;
- as políticas de formação de professores para a educação infantil e ensino fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos;
- os modelos formativos e as experiências colaborativas de formação nas redes de ensino, na escola e/ou entre a Universidade e a Escola;
- o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O dossiê é constituído por sete artigos, sendo um deles de autoria de pesquisadoras da Universidade de Genebra; uma entrevista realizada com Artur Gomes de Moraes, professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco; e, uma

resenha da obra *A palavra que resta*, de Stênio Gardel, que traz a força da escrita das palavras como testemunho de vidas que ainda se des-dobram para existir no Brasil.

Os artigos apresentados neste Dossiê seguem uma sequência em que o direito à educação é afirmado como ponto de partida, o que passa pela garantia de processos de formação de professores e chega às práticas de ensino na Educação Básica como desdobramento do direito à leitura e à escrita.

O primeiro artigo, **Da formulação dos direitos à sua concretização: as con(tra)dições implicadas nas relações de ensino no processo de alfabetização**, de autoria da professora Ana Luiza Bustamante Smolka, da Universidade Estadual de Campinas, compartilha e provoca reflexões sobre o Direito à Leitura e à Escrita, tomando como ponto de partida aspectos abordados no VI Congresso Brasileiro de Alfabetização, realizado em 2023, em Belém do Pará. Ao mobilizar memórias de lutas e conquistas no período de redemocratização no país, a professora Ana Smolka tematiza as contradições que permeiam a proclamação dos direitos humanos; pondera sobre a diversidade e a desigualdade das condições concretas de vida. Problematisa as mudanças implicadas na passagem da formulação do direito à educação básica para o direito de aprender; e defende o compromisso primordial de humanização no trabalho de alfabetização. Para isso, argumenta que o direito à leitura e à escrita se realiza na complexidade das relações de ensino e nos gestos de professoras(es) alfabetizadoras(es), na heterogeneidade e na singularidade dos modos de apropriação da cultura e do conhecimento pelas crianças, na criação de projetos coletivos de trabalho que possam engajar afetiva e efetivamente as crianças em atividades colaborativas e significativas nas práticas escolares.

Em **As facetas da alfabetização nos programas de formação continuada para professores alfabetizadores: o que dizem as teses e dissertações?**, de autoria de Marco Cesar Krüger da Silva e Lourival José Martins Filho, docentes da Universidade Estadual de Santa Catarina, são trazidos resultados de uma pesquisa que buscou identificar e analisar outras pesquisas que investigaram as formações continuadas, em especial seus programas formativos, buscando entender de que maneira estes abordam as facetas da alfabetização. O resultado da análise mostrou uma predominância da concepção do letramento nos programas formativos, sendo mais contemplada a faceta sociocultural,

possivelmente pela influência das políticas nacionais de formação continuada, como o PNAIC. Ainda se observou que, mesmo com a predominância da faceta sociocultural nos programas formativos, as outras facetas também foram abordadas, porém de maneiras diversificadas em relação à quantidade e tipo.

O terceiro texto, **In(visibilidades) da formação do(a) alfabetizador(a) que atua na região do Pantanal Sul-mato-grossense e fronteira**, escrito por Márcia Regina do Nascimento Sambugari e Dilson Vilalva Esquer, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e por Dalete de Souza Salles Borges, professora Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, problematiza as necessidades formativas específicas dos(as) professores(as) alfabetizadores(as) que estão silenciadas nas políticas de formação docente, seja no âmbito nacional ou estadual, e as experiências colaborativas de formação desenvolvidas na parceria Universidade e Escola a partir das pesquisas realizadas, que ouviram professores(as) alfabetizadores(as) dessa região. A análise empreendida de um conjunto de pesquisas e de ações colaborativas escola/universidade desenvolvidas em Corumbá a alfabetizadores(as) que atuam em escolas ribeirinhas, ou que possuem alunos de origem boliviana em suas turmas, aponta a necessidade de uma formação para o acolhimento das crianças, pois precisam ser visibilizadas e terem seus direitos garantidos.

O texto **A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará**, elaborado por Sônia Regina dos Santos Teixeira, Ana Paula de Araújo Barca e Leilane de Nazaré Fagundes Pessoa, docentes da Universidade Federal do Pará, apresenta o processo de implementação do programa de formação de professores, Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, no estado do Pará. O LEEI é um programa federal, ofertado no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que objetiva a formação continuada como modo de qualificar o trabalho pedagógico promovendo processos voltados para as práticas culturais de leitura e escrita para crianças de quatro a cinco anos de idade. O artigo mostra que a implementação do LEEI no Pará é uma ação pioneira de formação docente na Educação Infantil no estado, abrangendo 143 municípios com realidades muito peculiares, diversas e desiguais, o que impôs vários desafios a serem superados durante o processo, mas também gerou possibilidades de

ações interinstitucionais a favor da criança paraense e de uma formação docente capaz de promover o acesso das crianças às práticas culturais de leitura e escrita.

O quinto artigo, **Discurso e ideologia no “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”**: governança em rede e os desafios da privatização na educação na formação de alfabetizadores, elaborado por Jânio Nunes dos Santos e Adriana Cavalcanti dos Santos, docentes da Universidade Federal de Alagoas, em parceria com Paulo Marinho, docente da Universidade do Porto, discute o caráter discursivo-ideológico enunciado com a instituição do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, considerando os modos como o discurso oficial se materializa na/pela atuação da referida política em ação, em cada uma das etapas iniciais da educação básica. Para os anos iniciais do ensino fundamental a implementação do CNCA tem sido realizada pelas redes de ensino na relação público-privado, com a gestão do eixo formação por parte dos institutos e empresas privadas. Na educação infantil, o eixo formação se materializa no reestabelecimento da parceria entre MEC-Redes-Universidades, em que estas últimas são as responsáveis pela formação dos professores dos grupos de quatro e cinco anos. Com base em pressupostos teórico-metodológico do ciclo de políticas, dos estudos sobre discurso e ideologia, bem como nos “moldes” de uma Etnografia de Rede, a análise dos documentos do CNCA mostrou como tais discursos ideologicamente diferem entre si e qual a lógica argumentativa que assegura a diferença na organização e gestão de uma política que se “desdobra” em duas, que instaura explicitamente, em nível nacional, o atravessamento de uma mudança de noção de governo para de governança em rede.

Os últimos dois artigos que compõem este Dossiê focalizam especificidades das práticas de ensino. O sexto, **Aprendendo a entender um romance através das lentes do sistema narrativo-personagem**, de autoria de Sandrine Di Iorio e Glaís Sales Cordeiro, da Universidade de Genebra, discute que o nível de familiaridade com textos é bastante variável de acordo com o nível sociocultural dos alunos, podendo influenciar suas capacidades de leitura. A proposta das autoras é de que a redução das desigualdades, proporcionando o prazer de ler nos alunos, em conformidade com as exigências do programa escolar, constitui-se em um objetivo essencial para qualquer docente. As autoras mostram que alunos de oito a 12 anos de idade que frequentam o Ensino

Fundamental em escolas públicas de Genebra (Suíça) são capazes de decodificar textos sem grandes dificuldades, mas nem sempre os compreendem. No texto, as autoras apresentam um dispositivo didático de compreensão em leitura de um livro de literatura juvenil, experimentado em sala de aula com uma turma de 7º ano (10-11 anos), comentando as modalidades de realização de uma de suas principais atividades, dando também alguns exemplos que ilustram as possíveis aprendizagens realizadas pelos alunos.

O último artigo, **Planejamento do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em uma escola Kokama**, de autoria de Hellen Picanço Sima, Rauciele da Silva Cazuz e Sue Anne Guimarães Cursino Pessoa, professoras da Universidade Federal do Amazonas, analisa a prática docente de professores Kokama e o processo de planejamento do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de estudantes Kokama do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola indígena localizada no rio Mineruá, médio rio Solimões, município de Fonte Boa, estado do Amazonas. Os resultados da pesquisa apontaram que os planos de aulas estão bem estruturados e partem da realidade Kokama para o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita; as observações mostraram que, apesar das dificuldades, há tentativa de desenvolver as aulas de forma a considerar a interculturalidade e os processos próprios de aprendizagem do povo em estudo; as entrevistas revelaram a necessidade de formações continuadas para as docentes, principalmente na área de Letras, e a necessidade da participação da família como parte essencial no referido processo de ensino-aprendizagem escolar. Por fim, constatou-se que a matriz curricular para as escolas indígenas do estado do Amazonas se apresenta, em grande parte, como modelo voltado às escolas não indígenas, não atendendo às necessidades da escola Kokama.

Ao lado desses sete artigos, o Dossiê traz a entrevista intitulada **Ana Teberosky, Emilia Ferreira, Magda Soares e a pesquisa em alfabetização no Brasil**. O texto convida à reflexão sobre as contribuições de Ana Teberosky, Emilia Ferreira e Magda Soares para a pesquisa em alfabetização no Brasil. A partir da trajetória profissional e acadêmica do professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, Artur Gomes de Moraes, a professora Francisca Izabel Pereira Maciel, da Universidade Federal de Minas Gerais, e o

professor Juliano Guerra Rocha, da Universidade Federal de Juiz de Fora, conduzem a conversa, trazendo à tona aspectos que vão desde a introdução da teoria da psicogênese da língua escrita nas pesquisas brasileiras, na década de 1980, até os desafios atuais relacionados à alfabetização na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas públicas. O diálogo é marcado por posicionamentos teórico-metodológicos, assim como por marcas afetivas e intelectuais deixadas pelas três mestras nos professores Artur Moraes e Juliano Rocha e na professora Francisca Maciel.

Encerramos o Dossiê com um convite à leitura literária! A resenha da obra **A palavra que resta**, de Stênio Gardel, foi elaborada por Sílvia N. Gonçalves, professora aposentada da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Na resenha é possível verificar a densidade do livro que contém uma escrita repleta de dualidades: na vida, os mesmos que se revelam brutos e insensíveis, também se mostram nus em sua fragilidade e transformados em sua essência. O texto não perde os detalhes da obra, descrevendo a forma como a linguagem se reflete ora dura e seca ao retratar a falta de palavra, como dura é a vida no interior nordestino; ora desdobrada em imagens alicerçadas no movimento da água e da fertilidade da terra ao mostrar a potência do amor e do entendimento. A narrativa escava episódios do passado e presente, nos guiando pela vida e lembranças do narrador. O texto carrega uma escrita significativa tanto pela temática, como pela forma da escrita, que se abraçam, se fortalecem. A dualidade apresentada está ali de forma intencional para dar força ao que precisa ser dito com as palavras que nos restam.

Convidamos os professores e as professoras que cultivam interesse pelas temáticas abordadas neste Dossiê a lerem e estudarem os textos aqui apresentados. Agradecemos aos(as) autores(as) que gentilmente aderiram à chamada e enviaram as contribuições que colocamos à sua disposição e aos e às pareceristas que avaliaram, de forma minuciosa, todos os escritos.

Pela ação pública em defesa da escola e do direito à leitura e à escrita!

As autoras.

## Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

DI IORIO, Sandrine; CORDEIRO, Glaís Sales. Aprendendo a entender um romance através das lentes do sistema narrativo-personagem. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 140-166, maio/ago. 2025. Título original: Apprendre à comprendre un roman à l'aune du système récit-personnages.

MARCELO GARCÍA, Carlos. **Formação de professores**. Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

MORAIS, Artur Gomes de; LEAL, Telma Ferraz (org.). Alfabetização: práticas de avaliação. **Em Aberto**, Brasília, v. 33, n. 108, p. 1-226, maio/ago. 2020.

NÖRNBERG, M. Políticas conservadoras e (des)intelectualização da docência. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1-14, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15360.058. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15360>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PIERI, Renan Gomes de; SANTOS, Alexandre André dos. **Avaliação econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2022. (Série Documental. Textos para Discussão).

SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento; ESQUER, Dilson Vilalva; BORGES, Dalete de Souza Salles. In(visibilidades) da formação do(a) alfabetizador(a) que atua na região do Pantanal Sul-mato-grossense e fronteira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 63-83, maio/ago. 2025.

SANTOS, Jânio Nunes dos; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; MARINHO, Paulo. Discurso e ideologia no “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”: governança em rede e os desafios da privatização na educação na formação de alfabetizadores. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 114-139, maio/ago. 2025.

SILVA, Marco Cesar Krüger da; MARTINS FILHO, Lourival José. As facetas da alfabetização nos programas de formação continuada para professores alfabetizadores: o que dizem as teses e dissertações?. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 41-62, maio/ago. 2025.

SIMAS, Hellen Picanço; CAZUZA, Rauciele da Silva; PESSOA, Sue Anne Guimarães Cursino. Planejamento do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em uma escola Kokama. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 167-200, maio/ago. 2025.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Da formulação dos direitos à sua concretização: as con(tradições implicadas nas relações de ensino no processo de alfabetização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 15-40, maio/ago. 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetrar**. Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**. Uma perspectiva social. 18ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Elaine Constant Pereira de; LEAL, Telma Ferraz; MARTINIAK, Vera Lucia (coord.). **Paradigmas e bases conceituais para formação continuada**. Organização Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves Pessoa... [et al.]. Rio de Janeiro/RJ, UFRJ, 2022. Volume 1. Coleção Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): Avaliação de uma política educacional.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM COLABORAÇÃO: POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64, e38, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s13892>.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo; PESSOA, Leilane de Nazaré Fagundes. A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 84-113, maio/abr. 2025.